



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, março/2011

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Barbosa

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 2 (fev. 2011). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2011 foi superavitário em R\$ 2,6 bilhões, contra R\$ 14,3 bilhões em janeiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 5,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,3 bilhões e R\$ 47,5 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2011 foi superavitário em R\$ 2,6 bilhões, contra superávit de R\$ 14,3 bilhões em janeiro.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JAN 2011	FEV 2011	JAN - FEV 2010	2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>90.874,1</b>	<b>66.980,4</b>	<b>131.013,6</b>	<b>157.854,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>73.648,7</b>	<b>48.985,0</b>	<b>101.369,8</b>	<b>122.633,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	74.092,2	49.390,5	102.526,0	123.482,7
I.1.1.1. Impostos	37.986,5	22.106,7	46.512,8	60.093,3
I.1.1.2. Contribuições	28.241,2	20.096,6	40.821,5	48.337,8
I.1.1.3. Demais	7.864,6	7.187,1	15.191,7	15.051,7
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-391,7	-405,5	-1.151,0	-797,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-51,9	0,0	-5,2	-51,9
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>17.115,8</b>	<b>17.777,6</b>	<b>29.283,4</b>	<b>34.893,5</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.741,7	17.438,6	28.604,6	34.180,3
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	374,1	339,0	678,8	713,2
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>109,6</b>	<b>217,8</b>	<b>360,5</b>	<b>327,4</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>	<b>23.603,9</b>	<b>31.404,5</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>75.320,8</b>	<b>51.129,2</b>	<b>107.409,8</b>	<b>126.450,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>61.046,1</b>	<b>48.560,7</b>	<b>94.721,7</b>	<b>109.606,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>40.674,1</b>	<b>27.202,2</b>	<b>57.610,7</b>	<b>67.876,3</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.718,7	13.519,1	26.362,1	29.237,8
IV.1.2. Custeio e Capital	24.866,5	13.487,0	31.056,9	38.353,5
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.053,8	1.563,5	3.225,2	3.617,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.621,6	-49,6	1.721,0	1.572,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.970,0	2.037,0	3.565,3	4.007,0
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	19.221,2	9.936,0	22.545,5	29.157,2
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	13.921,7	8.421,0	17.104,0	22.342,7
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	5.299,5	1.515,0	5.441,5	6.814,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,9	196,1	191,7	285,0
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>20.137,7</b>	<b>21.093,2</b>	<b>36.772,8</b>	<b>41.230,9</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.694,8	16.496,5	28.806,4	32.191,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.442,9	4.596,8	7.966,4	9.039,6
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>234,3</b>	<b>265,3</b>	<b>338,2</b>	<b>499,6</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>14.274,7</b>	<b>2.568,5</b>	<b>12.688,1</b>	<b>16.843,2</b>
VI.1. Tesouro Nacional	17.421,3	5.931,6	20.155,2	23.352,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.021,9	-3.315,6	-7.489,5	-6.337,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.046,9	942,1	-201,9	1.989,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.068,8	-4.257,7	-7.287,6	-8.326,5
VI.3. Banco Central (6)	-124,7	-47,5	22,3	-172,2
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,32%</b>	<b>2,77%</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN - FEV %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
<b>Receitas</b>	<b>17,8%</b>	<b>20,5%</b>
Tesouro	18,3%	21,0%
Previdência	16,2%	19,2%
<b>Transferências</b>	<b>10,3%</b>	<b>33,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,6%</b>	<b>17,7%</b>
<b>Despesas</b>	<b>9,0%</b>	<b>15,7%</b>
Benefícios	7,8%	12,1%
Pessoal	-4,7%	10,9%
Custeio e Capital	25,8%	23,5%
FAT	6,8%	12,2%
Subsídios	18,4%	-8,7%
LOAS/RMV	24,9%	12,4%
Outras	29,9%	29,3%
Custeio	16,8%	30,6%
Capital	101,2%	25,2%
<b>PIB</b>	<b>15,4%</b>	<b>11,3%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 24,7 bilhões (33,3%) no mês, passando de R\$ 74,1 bilhões em janeiro para

R\$ 49,4 bilhões em fevereiro de 2011. Essa evolução decorreu, principalmente, das seguintes diminuições na arrecadação: i) do IRPJ (R\$ 9,9 bilhões, 62,6%) e da CSLL (R\$ 4,7 bilhões, 58,1%), em função do recolhimento, em janeiro, da primeira cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2010, bem como da antecipação, naquele mês, do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro obtido no ano anterior; ii) da cota-parte de compensações financeiras (R\$ 2,5 bilhões, 66,2%), em função do recolhimento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo e gás natural; iii) do IRRF – Rendimentos do Capital (R\$ 2,1 bilhões, 60,6%), devido à concentração da arrecadação de juros remuneratórios sobre capital próprio em janeiro; iv) da Cofins (R\$ 2,1 bilhões, 15,6%), devido ao maior volume de vendas no mês de dezembro de 2010 em relação ao mês de janeiro de 2011, o que acarreta variação negativa na arrecadação dos tributos com fato gerador no mês anterior; e v) do IRRF – Rendimentos do Trabalho (R\$ 2,0 bilhões, 28,2%). Por outro lado, registrou-se aumento na arrecadação de dividendos (R\$ 1,5 bilhão).

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 15,9 bilhões em fevereiro de 2011, contra R\$ 15,6 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 1,9%. As transferências constitucionais atingiram R\$ 12,4 bilhões, com crescimento de 7,3% frente a janeiro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de janeiro, transferido em fevereiro. As demais transferências diminuíram R\$ 64,7 milhões em fevereiro.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/11	FEV/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	11.562,1	12.402,2
CIDE-Combustíveis	477,4	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	3.351,2	3.286,5
<b>Total</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>

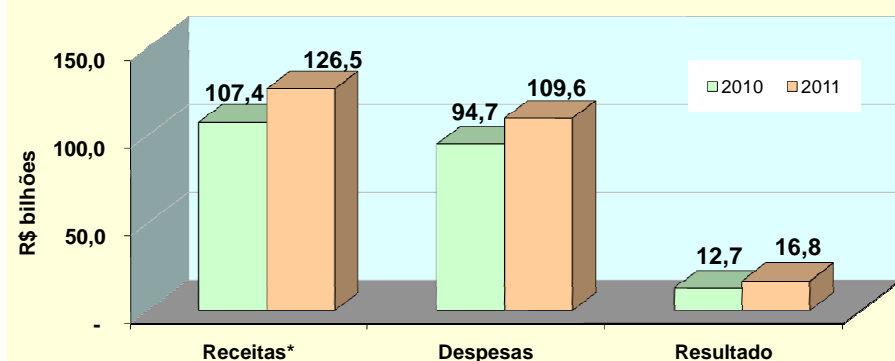
<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a redução de R\$ 13,5 bilhões (33,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a janeiro, explicada, principalmente, pelas diminuições de R\$ 6,0 bilhões (41,4%) nas despesas discricionárias, de R\$ 2,4 bilhões (82,4%) com o PAC, de R\$ 2,2 bilhões (14,0%) com o pagamento de pessoal e encargos e de R\$ 1,7 bilhão (103,1%) com subsídios e subvenções econômicas.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,3 bilhões, contra déficit de R\$ 3,0 bilhões apurado em janeiro (redução de R\$ 293,7 milhões ou 9,7%). A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 661,8 milhões (3,9%). Os benefícios previdenciários, por sua vez, aumentaram de R\$ 20,1 bilhões, em janeiro, para R\$ 21,1 bilhões, em fevereiro (elevação de 4,7%). Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 942,1 milhões no mês, contra R\$ 1,0 bilhão em janeiro (queda de R\$ 104,8 milhões ou 10,0%), enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 4,3 bilhões em fevereiro contra R\$ 4,1 bilhões no mês anterior (elevação de R\$ 189,0 milhões ou 4,6%).

*No primeiro bimestre de 2011 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,77% do PIB.*

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 16,8 bilhões; no mesmo período de 2010, o Governo Central teve superávit de R\$ 12,7 bilhões (aumento de R\$ 4,2 bilhões ou 32,7%). Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 3,2 bilhões (15,9%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 1,2 bilhão (15,4%) no déficit da previdência.

**RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
 BRASIL, 2010-2011, JAN - FEV (R\$ bilhões)


(\*) Líquidas de transferências a Estados e Municípios e incentivos fiscais

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
 BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	3,69%	3,84%
Previdência Social	-1,37%	-1,04%
Banco Central	0,00%	-0,03%
<b>Governo Central</b>	<b>2,32%</b>	<b>2,77%</b>

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 21,0 bilhões (20,4%) relativamente ao primeiro bimestre de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 5,0 bilhões, 29,7%) e da CSLL (R\$ 2,2 bilhões, 24,1%) devido ao melhor desempenho da economia em 2011, comparativamente a 2010, com reflexos no item da declaração de ajuste anual e na antecipação, em janeiro de 2011, de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2010; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 3,6 bilhões, 16,5%) e PIS/Pasep (R\$ 1,1 bilhão, 20,4%) devido ao aumento no volume de vendas e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 4,5 bilhões, 27,5%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 1,9 bilhão, 18,4%) e Rendimentos do Capital (R\$ 1,4 bilhão, 39,9%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 1,9 bilhão, 35,4%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; v) crescimento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,5 bilhão, 40,2%). Por outro lado, houve queda na rubrica Outras Receitas, no valor de R\$ 1,2 bilhão (55,3%).

As despesas do Tesouro Nacional até fevereiro de 2011 cresceram R\$ 10,3 bilhões (17,8%) frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu principalmente: i) do aumento de R\$ 7,3 bilhões (23,5%) nas despesas de custeio e capital, sendo R\$ 4,5 bilhões (24,4%) nas despesas discricionárias, R\$ 1,2 bilhão (52,0%) nas despesas do PAC e R\$ 1,0 bilhão (208,0%) nos créditos extraordinários; e ii) do crescimento de R\$ 2,9 bilhões (10,9%) nas despesas com pessoal e encargos, como efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores. Cabe ressaltar, ainda, o crescimento de R\$ 1,4 bilhão (25,2%) do valor total dos investimentos frente ao primeiro bimestre de 2010.

*Os investimentos cresceram R\$ 1,4 bilhão (25,2%) em 2011, em comparação com o primeiro bimestre de 2010.*

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 1,2 bilhão (15,4%) relativamente ao primeiro bimestre de 2010, alcançando R\$ 6,3 bilhões frente aos R\$ 7,5 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,6 bilhões (19,2%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 4,5 bilhões (12,1%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,0 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 8,3 bilhões.

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de 33,3% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais ocorridos em janeiro, sem correspondência em fevereiro.*

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 49,4 bilhões em fevereiro de 2011 contra R\$ 74,1 bilhões verificados em janeiro de 2011 (redução de 33,3%). Este comportamento é explicado pelo decréscimo de R\$ 15,9 bilhões (41,8%) na arrecadação de impostos e de R\$ 8,1 bilhões (28,8%) na de contribuições, bem como pela redução de R\$ 677,4 milhões (8,6%) nas demais receitas.

Em fevereiro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 22,1 bilhões e as de contribuições R\$ 20,1 bilhões, apresentando em seu conjunto decréscimo de R\$ 24,0 bilhões (36,3%) em relação aos valores apurados em janeiro. Essa evolução reflete sobretudo: i) decréscimo de R\$ 9,9 bilhões (62,6%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 4,7 bilhões (58,1%) na de CSLL, devido ao recolhimento em janeiro da primeira cota ou cota única desses tributos relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, bem como à antecipação, em janeiro de 2011, do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro obtido no ano anterior; ii) decréscimo de R\$ 2,1 bilhões (60,6%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente da concentração da arrecadação de juros remuneratórios sobre capital próprio em janeiro; iii) diminuição de R\$ 2,1 bilhões (15,6%) na arrecadação de Cofins, devido ao maior volume de venda no mês de dezembro em relação ao mês de janeiro, o que acarreta variação negativa nesse e em outros tributos com fato gerador no mês anterior; e iv) diminuição de R\$ 2,0 bilhões (28,2%) na arrecadação de IRRF-Rendimentos do Trabalho.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 677,4 milhões (8,6%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações: i) decréscimo de R\$ 2,5 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em função do recolhimento trimestral, em janeiro, de participação especial relativos à exploração de petróleo, sem correspondente em fevereiro; ii) aumento de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação de dividendos; e iii) aumento de R\$ 582,0 milhões nas outras receitas devido à reclassificação, em janeiro de 2011, de pagamentos de parcelamentos referentes à Medida Provisória nº 470/2009.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JAN/11	FEV/11
<b>Impostos</b>	<b>37.986,5</b>	<b>22.106,7</b>
Imposto de Renda	29.749,4	14.644,6
IPI	3.981,2	3.362,9
Outros	4.256,0	4.099,2
<b>Contribuições</b>	<b>28.241,2</b>	<b>20.096,6</b>
Cofins	13.643,6	11.518,4
CPMF	4,8	13,4
CSLL	8.020,5	3.359,6
Cide - Combustíveis	727,2	674,2
Outras	5.845,1	4.531,1
<b>Demais</b>	<b>7.864,6</b>	<b>7.187,1</b>
Cota parte	3.823,5	1.290,8
Diretamente Arrecadada	2.719,8	2.681,4
Dividendos da União	2,3	1.549,1
Concessões	256,1	9,7
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	1.062,8	1.656,1
<b>Total Bruto</b>	<b>74.092,2</b>	<b>49.390,5</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,30% em fevereiro de 2011, dos quais 9,88% correspondem à arrecadação de impostos, 7,95% à de contribuições e 2,47% às demais receitas.

Na comparação com os dois primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 21,0 bilhões (20,4%), passando de R\$ 102,5 bilhões para R\$ 123,5 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

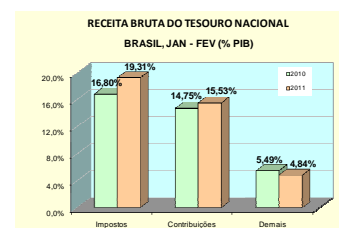
- crescimento de R\$ 5,0 bilhões (29,7%) no IRPJ e de R\$ 2,2 bilhões (24,1%) na CSLL, desempenho esse explicado pelos seguintes fatores: i) desempenho da economia durante o ano de 2010, com reflexos no item da declaração de ajuste anual e na antecipação, em janeiro de 2011, de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2010.
- crescimento de R\$ 4,5 bilhões (27,5%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 1,9 bilhão (18,4%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 16,7% da massa salarial nos meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 1,4 bilhão (39,9%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 953,0 milhões (64,1%) de IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- incremento de R\$ 3,6 bilhões (16,5%) na Cofins e de R\$ 1,1 bilhão (20,4%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, aos determinantes a seguir: i) crescimento de 15,2% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a janeiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; e ii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais, em fevereiro de 2010, no valor de aproximadamente R\$ 395 milhões.
- incremento de R\$ 1,9 bilhão (35,4%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010 e ao

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

*No primeiro bimestre de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, o pagamento sazonal de tributos e royalties e as alterações na legislação tributária.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2010	2011
<b>Impostos</b>	<b>8,51%</b>	<b>9,88%</b>
Imposto de Renda	6,29%	7,30%
IPI	0,99%	1,21%
Outros	1,22%	1,37%
<b>Contribuições</b>	<b>7,47%</b>	<b>7,95%</b>
Cofins	3,95%	4,14%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,68%	1,87%
Cide - Combustíveis	0,25%	0,23%
Outras	1,58%	1,71%
<b>Demais</b>	<b>2,78%</b>	<b>2,47%</b>
Cola parte	0,95%	0,84%
Diretamente Arrecadada	0,71%	0,89%
Dividendos da União	0,39%	0,26%
Concessões	0,04%	0,04%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,70%	0,45%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,76%</b>	<b>20,30%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e Retfo foram distribuídos nos respectivos tributos.



crescimento de 17,5% no volume de vendas ao mercado interno; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 30,2% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 10,5% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 7,6% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido ao crescimento de 5,8% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2010 a janeiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010, bem como ao término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou diminuição de R\$ 140,0 milhões (0,9%), em relação aos dois primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 1,5 bilhão (40,2%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) redução de R\$ 1,2 bilhão (55,3%) em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro de 2011, de R\$ 818,4 milhões para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009; e iii) decréscimo de R\$ 579,7 milhões (27,2%) nas receitas de dividendos.

## Transferências a Estados e Municípios

Em fevereiro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 15,9 bilhões, contra R\$ 15,6 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 298,0 milhões (1,9%). Esse comportamento resulta de: i) aumento de R\$ 1,3 bilhão (149,2%) nas transferências de *royalties* de petróleo instituídas pela Lei nº 9478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural ; ii) elevação de R\$ 840,1 milhões (7,3%) frente a janeiro de 2011 nas transferências constitucionais, como efeito da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de janeiro; iii) acréscimo de R\$ 699,9 milhões (158,9%) nas transferências do salário-educação; iv) decréscimo de R\$ 2,0 bilhões (99,6%) nas transferências da complementação ao Fundeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 577/2010; e v) decréscimo de R\$ 477,4 milhões (100,0%) nas transferências da CIDE, pois, segundo a legislação vigente, estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre.

No primeiro bimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 7,8 bilhões (33,0%), elevando-se de R\$ 23,6 bilhões nos dois primeiros meses de 2010 para R\$ 31,4 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 7,0 bilhões (40,9%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 1,1 bilhão (127,8%) nas transferências do Fundeb (complemen-

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010-2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jan	Fev
Terceiro Decêndio	12.494,0	20.536,3
Primeiro Decêndio	4.190,1	2.027,5
Segundo Decêndio	7.871,8	4.773,3
<b>Total</b>	<b>24.556,0</b>	<b>27.337,1</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/11	FEV/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	11.562,1	12.402,2
CIDE-Combustíveis	477,4	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	3.351,2	3.286,5
<b>Total</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,11%	3,94%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,08%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,06%	0,05%
Demais	1,07%	1,09%
<b>Total</b>	<b>4,32%</b>	<b>5,16%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro



tação da União), devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 577/2010.

Em fevereiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 27,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 13,5 bilhões (33,1%) relativamente a janeiro. Contribuíram para este resultado a redução de R\$ 11,4 bilhões (45,8%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,2 bilhões (14,0%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram-se em R\$ 2,2 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento sazonal das férias do funcionalismo federal e da 1ª parcela da gratificação natalina (13º salário) em janeiro, sem equivalente em fevereiro de 2011.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à redução de Outras Despesas de Custeio e Capital em R\$ 9,3 bilhões (48,3%) e das despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas, que diminuíram R\$ 1,7 bilhão (103,1%).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo observado concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, totalizando R\$ 6,0 bilhões (41,4%), e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com variação de R\$ 2,4 bilhões (82,4%). Dentre as despesas discricionárias, houve redução no desempenho dos Ministérios da Educação (R\$ 1,3 bilhão), da Defesa (R\$ 1,0 bilhão), da Saúde (R\$ 618,4 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 452,5 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 185,5 milhões).

No caso dos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas ocorreu, principalmente, no âmbito dos Programas: i) Pronaf, com variação de R\$ 938,6 milhões (99,5%); ii) Aquisição do Governo Federal – AGF com variação de R\$ 273,9 milhões (371,1%); iii) Proex, com desempenho a menor de R\$ 148,1 milhões (132,5%); e iv) Sustentação de Preços, com redução de R\$ 148,0 milhões (100,0%).

No caso das despesas do FAT, houve redução de R\$ 490,3 milhões (23,9%), em função do desembolso de R\$ 150,0 milhões com benefícios de abono salarial PIS/Pasep no mês de janeiro, sem contrapartida em fevereiro, observando o estabelecido no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Ademais, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,5 bilhão, em fevereiro, despesa 18,5% inferior ao desembolso do mês de janeiro.

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 - 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/11	FEV/11
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>15.718,7</b>	<b>13.519,1</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>24.866,5</b>	<b>13.487,0</b>
Despesas do FAT	2.053,8	1.563,5
Subsídios e Subvenções	1.621,6	-49,6
LOAS/RMV	1.970,0	2.037,0
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0
Outras	19.221,2	9.936,0
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>88,9</b>	<b>196,1</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup> OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JAN/11	FEV/11
<b>Agricultura</b>	<b>1.232,8</b>	<b>-302,0</b>
Custeio Agropecuário	30,1	0,0
Investimento Rural	23,2	0,0
Preços Agrícolas	101,9	-347,6
- EGF	27,7	0,0
- AGF	-73,8	-347,6
- Sustain. de preços	148,0	0,0
Pronaf	943,7	5,2
Pesa	108,2	14,7
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	9,7	22,2
FUNCAFÉ	15,9	3,6
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>109,7</b>	<b>-37,7</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,0	-1,4
Exportação (Proex)	111,7	-36,3
<b>Total</b>	<b>1.342,6</b>	<b>-339,8</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/11	FEV/11
Sentenças Judiciais	39,9	32,3
Legislativo	105,0	89,5
Judiciário	407,1	416,4
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.166,5	315,1
PAC <sup>2</sup>	2.948,9	519,4
Outras <sup>3</sup>	142,2	116,4
<b>Discricionárias</b>	<b>14.411,6</b>	<b>8.446,9</b>
d/q Min. da Saúde	4.623,3	4.004,9
Min. do Des. Social	1.813,4	1.360,9
Min. da Educação	2.494,8	1.206,4
Min. da Defesa	1.588,2	560,6
Min. da Ciência e Tec.	428,4	242,9
Min. do Des. Agrário	132,7	25,1
Min. da Justiça	221,9	157,1
Min. da Previdência	178,1	98,1
Min. dos Transportes	109,7	52,8
Min. das Cidades	38,4	30,7
Demais	2.782,6	707,3
<b>Total</b>	<b>19.221,2</b>	<b>9.936,0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.162/2001.  
<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>10,54%</b>	<b>11,16%</b>
Pessoal e Encargos	4,82%	4,81%
Custeio e Capital	5,68%	6,31%
Despesas do FAT	0,59%	0,59%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,31%	0,26%
LOAS/RMV	0,65%	0,66%
Capitalização da Petrobras	0,00%	0,00%
Outras	4,13%	4,79%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,05%

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup> OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Agricultura</b>	<b>1.159,5</b>	<b>930,8</b>
Custeio Agropecuário	6,3	30,1
Investimento Rural	7,8	23,2
Preços Agrícolas	737,6	-245,8
- EGF	86,6	27,7
- AGF	459,8	-421,4
- Sustent. de preços	191,2	148,0
Pronaf	40,9	948,9
Pesa	29,4	122,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	312,0	32,0
FUNCAFÉ	25,4	19,4
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-157,3</b>	<b>72,0</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,6	-3,3
Exportação (Proex)	-154,7	75,4
<b>Total</b>	<b>1.002,2</b>	<b>1.002,8</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
<sup>2</sup> Dados revisados

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,16 % do PIB no primeiro bimestre de 2011, contra 10,54 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 10,3 bilhões (17,8%) em relação a 2010, destacando-se os incrementos de R\$ 7,3 bilhões (23,5%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 2,9 bilhões (10,9%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

A ampliação dos dispêndios com a folha salarial decorrem, em grande medida, do pagamento da incorporação de novos servidores e da atualização dos salários de categorias do Poder Executivo, com aumento de R\$ 2,7 bilhões (13,0%). No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 98,9 milhões (2,0%). Por outro lado, tomando-se em proporção do PIB, houve redução de 0,02 p.p. nas despesas com pessoal e encargos sociais, passando de 4,82% em 2010, para 4,81% em 2011.

Os gastos com Custeio e Capital, por sua vez, passaram de 5,68% para 6,31% do PIB (acréscimo de 0,62 p.p.), em razão de: i) incremento de 0,67 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) aumento de 0,01 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; iii) redução em 0,06 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas enquanto que as despesas do FAT mantiveram-se constantes.

As despesas do FAT atingiram R\$ 3,6 bilhões nos dois primeiros meses de 2011, contra R\$ 3,2 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 1,6 bilhão em 2011, contra R\$ 1,7 bilhão em 2010, redução de R\$ 149,0 milhões (8,7%). Este resultado decorreu da redução dos seguintes Programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 881,2 milhões); e ii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 280,0 milhões). Por outro lado, houve aumento nos dispêndios do Pronaf (R\$ 908,0 milhões), do Proex (R\$ 230,0 milhões) e do Pesa (R\$ 93,4 milhões). As despesas com os fundos regionais passaram de R\$ 457,5 milhões em 2010 para R\$ 569,2 milhões em 2011, enquanto as despesas de reordenamento de passivos em fevereiro reduziram R\$ 261,3 milhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 441,7 milhões (12,4 %) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,7% e 5,9% do salário mínimo nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no primeiro bimestre de 2011 relativamente a igual período de 2010. Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,8 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
fev/01	1.225.738	-	411.513	-	814.225	-
fev/02	1.357.874	11%	482.675	17%	875.200	7%
fev/03	1.576.513	16%	593.803	23%	982.710	12%
fev/04	1.731.012	10%	690.604	16%	1.040.408	6%
fev/05	2.085.175	20%	948.443	37%	1.136.732	9%
fev/06	2.306.660	11%	1.081.598	14%	1.225.062	8%
fev/07	2.494.631	8%	1.193.925	10%	1.300.706	6%
fev/08	2.709.364	9%	1.309.432	10%	1.399.932	8%
fev/09	2.961.813	9%	1.437.536	10%	1.524.277	9%
fev/10	3.190.763	8%	1.548.937	8%	1.641.826	8%
fev/11	3.423.569	7%	1.630.769	5%	1.792.800	9%

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL  
BRASIL, JAN - FEV (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Sentenças Judiciais	15,8	72,2
Legislativo/Judiciário	869,2	1.018,0
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	481,1	1.481,6
PAC <sup>2</sup>	2.282,4	3.468,3
Outras <sup>3</sup>	521,6	258,7
Discricionárias	18.375,5	22.858,5
d/q Min. da Saúde	7.727,7	8.628,2
Min. do Des. Social	3.049,0	3.174,3
Min. da Educação	2.317,8	3.701,2
Min. da Defesa	1.695,8	2.148,8
Min. da Ciência e Tec.	432,3	671,3
Min. do Des. Agrário	271,4	157,8
Min. da Justiça	384,3	379,0
Min. da Previdência	149,4	276,2
Min. dos Transportes	275,0	162,6
Min. das Cidades	103,3	69,2
Demais	1.969,6	3.489,9
<b>Total</b>	<b>22.545,5</b>	<b>29.157,2</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Programa de Aceleração do Crescimento.

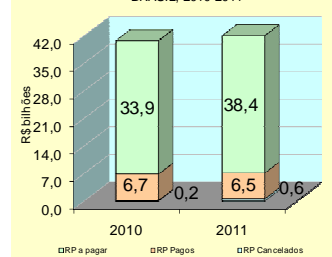
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 12.017/2009.

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 6,6 bilhões (29,3%) no primeiro bimestre de 2011 em relação ao mesmo período exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 4,5 bilhões (24,4%), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com crescimento de R\$ 1,2 bilhão (52,0%), e os Créditos Extraordinários, com elevação de R\$ 1,0 bilhão (208,0%). Em contraponto, os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) reduziram R\$ 384,5 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 1,4 bilhão), da Saúde (R\$ 900,5 milhões), da Defesa (R\$ 453,0 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 238,9 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 6,8 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 1,4 bilhão (25,2%) em relação ao ano de 2010.

O montante pago de restos a pagar (RP) em fevereiro de 2011 segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 6,5 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 2,1 bilhões), destacando os projetos REUNI – Readequação da Infra-Estrutura das Universidades Federais (R\$ 125,7 milhões), Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (R\$ 94,8 milhões) e Reforma, Construção e Expansão do Ensino Superior (R\$ 77,9 milhões); da Saúde (R\$ 1,6 bilhão), com destaque para os projetos de Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 46,6 milhões) e Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento e Manejo de Resíduos em Municípios de até 50 mil habitantes (R\$ 44,5 milhões); e da Defesa (R\$ 992,4 milhões), destacando os projetos Aquisi-

*Em 2011, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 1,4 bilhão (25,2%) em relação ao exercício de 2010.*

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR  
BRASIL, 2010-2011**


ção e Modernização de Meios Aeronavais (R\$ 190,9 milhões), Construção de Submarinos (R\$ 79,8 milhões) e Aquisição de Aeronaves (R\$ 57,7 milhões).

## Previdência Social

*Em fevereiro de 2011, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 3,3 bilhões, contra déficit de R\$ 3,0 bilhões em janeiro. No primeiro bimestre deste ano, o déficit atingiu R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 7,5 bilhões no ano passado. Com isto, o déficit caiu de 1,37% do PIB nos dois primeiros meses de 2010 para 1,04% do PIB no período correspondente de 2011.*

Em fevereiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,3 bilhões, contra um déficit de R\$ 3,0 bilhões em janeiro (aumento de 9,7%). No primeiro bimestre do ano, o déficit previdenciário reduziu-se de R\$ 1,2 bilhão (15,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JAN	FEV	JAN - FEV	
	2011	2011	2010	2011
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>17.115,8</b>	<b>17.777,6</b>	<b>29.283,4</b>	<b>34.893,5</b>
Arrecadação Bruta	20.423,3	19.785,6	33.690,2	40.208,9
- Contribuição Previdenciária	18.108,1	18.099,4	30.560,7	36.207,5
- Simples	2.031,3	1.556,6	2.867,8	3.587,9
- CFT	43,2	0,0	73,2	43,2
- Depósitos Judiciais	230,0	120,2	167,4	350,1
- Refis	10,7	9,5	21,1	20,2
(-) Restituição/Devolução	-31,6	-67,5	-64,4	-99,1
(-) Transferências a Terceiros	-3.276,0	-1.940,4	-4.342,5	-5.216,4
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>20.137,7</b>	<b>21.093,2</b>	<b>36.772,8</b>	<b>41.230,9</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.021,9</b>	<b>-3.315,6</b>	<b>-7.489,5</b>	<b>-6.337,5</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,37%</b>	<b>-1,04%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social em fevereiro totalizou R\$ 17,8 bilhões, apresentando aumento de R\$ 661,8 milhões (3,9%) frente aos ingressos líquidos de janeiro. A principal razão foi a redução das transferências a terceiros (R\$ 1,9 bilhão em fevereiro, contra R\$ 3,3 bilhões em janeiro), fenômeno periódico que reflete o incremento sazonal dessas transferências no mês de janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas com respeito ao valor dos repasses devidos a terceiras entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação ao primeiro bimestre de 2010, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,6 bilhões (19,2%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011 foi 16,7% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios em fevereiro alcançaram o valor de R\$ 21,1 bilhões, apresentando uma elevação de R\$ 955,5 milhões (4,7%) em relação a janeiro.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - FEV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	29.283,4	34.893,5	19,2%
Urbano	28.604,6	34.180,3	19,5%
Rural	678,8	713,2	5,1%
Benefícios	36.772,8	41.230,9	12,1%
Urbano	28.806,4	32.191,3	11,8%
Rural	7.966,4	9.039,6	13,5%
Res. Primário	-7.489,5	-6.337,5	-15,4%
Urbano	-201,9	1.989,0	-1085,3%
Rural	-7.287,6	-8.326,5	14,3%

Isso se deve sobretudo ao aumento de R\$ 30,00 (5,9%) no valor do salário mínimo, definido pela Medida Provisória nº 516, de 30 de dezembro de 2010, a partir de 1º de janeiro de 2011. Em relação ao primeiro bimestre de 2010, houve aumento de R\$ 4,5 bilhões (12,1%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 49,44 (7,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 963,7 mil (4,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 541,4 mil aposentadorias (3,5%), 172,3 mil pensões por morte (2,6%) e 235,5 mil benefícios de auxílio-doença (20,3%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

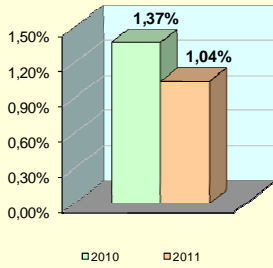
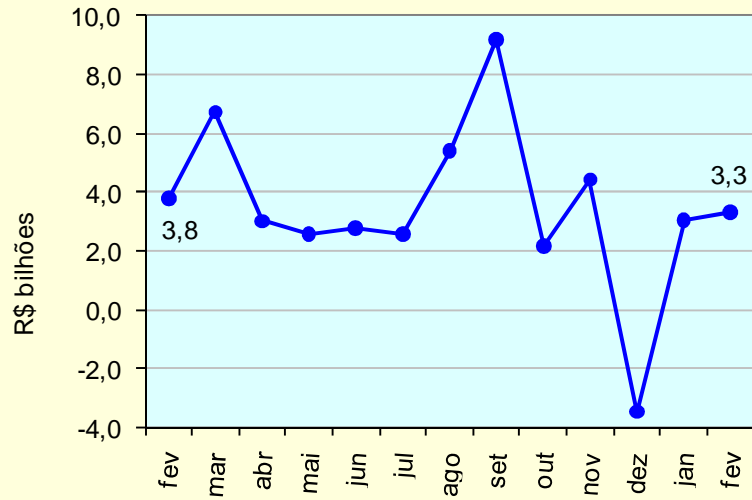
	Em mil benefícios			
	JAN	FEV	JAN - FEV	
	2011	2011	2010	2011
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>24.436</b>	<b>24.511</b>	<b>23.510</b>	<b>24.473</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.612</b>	<b>23.684</b>	<b>22.728</b>	<b>23.648</b>
Aposentadorias	15.637	15.678	15.123	15.658
Idade	8.179	8.201	7.887	8.190
Invalidez	2.960	2.963	2.905	2.962
Tempo de contribuição	4.498	4.514	4.331	4.506
Pensão por morte	6.641	6.655	6.474	6.648
Auxílio-Doença	1.206	1.220	1.012	1.213
Salário - maternidade	67	70	65	69
Outros	60	61	53	60
<b>Acidentários</b>	<b>824</b>	<b>827</b>	<b>782</b>	<b>826</b>
Aposentadorias	167	167	160	167
Pensão por morte	125	125	127	125
Auxílio - doença	179	181	146	180
Auxílio - acidente	281	282	276	282
Auxílio - suplementar	72	72	74	72

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,5	24,5	4,1%
Valor médio RGPS**	710,7	760,1	7,0%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,36%	5,74%
Urbano	5,23%	5,62%
Rural	0,12%	0,12%
Benefícios	6,73%	6,78%
Urbano	5,27%	5,29%
Rural	1,46%	1,49%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,37%</b>	<b>-1,04%</b>
<b>Urbano</b>	<b>-0,04%</b>	<b>0,33%</b>
<b>Rural</b>	<b>-1,33%</b>	<b>-1,37%</b>

Como proporção do PIB, em relação ao primeiro bimestre de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,38 p.p. e dos gastos com benefícios previdenciários em 0,05 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,37% para 1,04% do PIB, 0,33 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
 BRASIL, JAN - FEV (% do PIB)

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
 BRASIL, 2010/2011


## DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 964,9 bilhões em fevereiro, o equivalente a 24,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 53,5 bilhões, em termos nominais, consequência da elevação de 54,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensada em parte pela redução de R\$ 723,3 milhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve elevação de 1,1 p.p no mês.

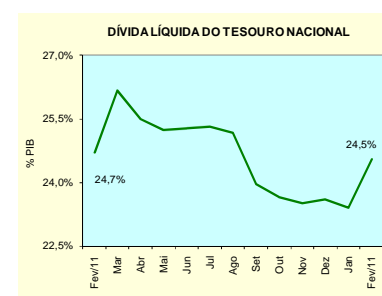
*Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 964,9 bilhões, o equivalente a 24,5% do PIB, reduzindo-se em 0,2 p.p em relação a fevereiro de 2010.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 FEV	2011 JAN	2011 FEV
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>721.829</b>	<b>825.139</b>	<b>879.391</b>
I.1. Dívida Interna	1.994.165	2.226.341	2.274.147
I.2. Haveres Internos	1.272.336	1.401.202	1.394.756
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>97.029</b>	<b>86.214</b>	<b>85.491</b>
II.1. Dívida Externa	97.307	86.492	85.789
II.2. Haveres Externos	278	278	298
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>818.858</b>	<b>911.353</b>	<b>964.881</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>24,7%</b>	<b>23,4%</b>	<b>24,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 0,2 p.p, passando de 24,7% em fevereiro de 2010 para 24,5% em fevereiro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 146,0 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 157,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 11,5 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

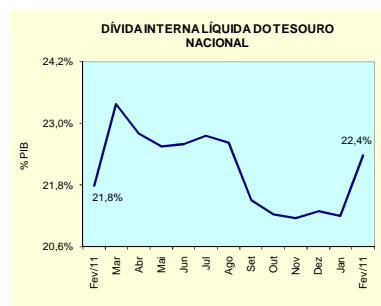
No mês de fevereiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 879,4 bilhões, o equivalente a 22,4% do PIB. O aumento de R\$ 54,3 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo crescimento de R\$ 47,8 bilhões no estoque da dívida interna bruta e pela redução de R\$ 6,4 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, teve aumento de 0,6 p.p., passando de 21,8% para 22,4%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 721,8 bilhões em fevereiro de 2010 para R\$ 879,4 bilhões em fevereiro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 280,0 bilhões no estoque

## Dívida Interna Líquida

*A Dívida Interna Líquida aumentou 0,6 p.p. do PIB em comparação a fevereiro de 2010.*

da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 122,4 bilhões nos haveres internos.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 FEV	2011 JAN	2011 FEV
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.994.165</b>	<b>2.226.341</b>	<b>2.274.147</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.977.650	2.212.626	2.260.836
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.397.663	1.542.503	1.585.996
DPMFi em Poder do Banco Central	603.739	698.963	704.500
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(23.752)	(28.839)	(29.660)
I.2. Demais Obrigações Internas	16.515	13.715	13.311
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.272.336</b>	<b>1.401.202</b>	<b>1.394.756</b>
II.1. Disponibilidades Internas	354.982	323.187	312.251
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	440.664	472.794	475.635
II.3. Haveres da Administração Indireta	220.931	239.170	240.317
II.4. Haveres Administrados pela STN	255.760	366.050	366.554
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>721.829</b>	<b>825.139</b>	<b>879.391</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,8%</b>	<b>21,2%</b>	<b>22,4%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em fevereiro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 48,2 bilhões em termos nominais e 0,7 p.p. em proporção do PIB comparativamente ao mês anterior. Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 25,7 bilhões ocorrido no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 23,4 bilhões. Em relação a fevereiro do ano anterior, houve aumento de R\$ 283,2 bilhões em termos nominais e redução de 2,2 p.p. em proporção do PIB, passando de 59,7% para 57,5% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve crescimento no mês de R\$ 43,5 bilhões, associado a emissão líquida de R\$ 27,3 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 16,2 bilhões. Na carteira do Banco Central, a elevação foi de R\$ 5,5 bilhões, devido ao resgate líquido de R\$ 1,6 bilhão e à apropriação de juros de R\$ 7,1 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com a crescimento no estoque de LTN no montante de R\$ 17,8 bilhões, de LFT em R\$ 10,9 bilhões e de NTN-F em R\$ 8,5 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2010 FEV	2011 JAN	2011 FEV
Em Poder do Público	1.398	1.543	1.586
LFT	526	533	544
LTN	229	292	309
NTN-B	352	383	391
NTN-C	58	64	65
NTN-F	194	236	241
Demais <sup>1</sup>	39	35	35
Aplic. em Tit. Púb.	-24	-29	-30
Na carteira do BCB	604	699	705
<b>Total</b>	<b>1.978</b>	<b>2.213</b>	<b>2.261</b>
% PIB	59,7%	56,8%	57,5%

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.



**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, FEV/2011**

Título	Saldo Jan/11	Fatores de Variação <sup>17</sup>			Saldo Fev/11
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.542,5	39,0	(11,71)	16,2	1.586,0
LFT	533,0	8,0	(1,53)	4,5	544,0
LTN	291,5	15,0	(0,02)	2,7	309,3
NTN-B	382,9	10,8	(7,67)	5,3	391,3
NTN-C	63,7	0,0	(0,01)	1,1	64,8
NTN-F	236,1	3,0	(0,01)	2,3	241,4
Demais <sup>14</sup>	35,2	2,1	(2,47)	0,4	35,1
Na carteira do BCB	699,0	1,9	(3,46)	7,1	704,5
<b>Total</b>	<b>2.241,5</b>	<b>40,8</b>	<b>(15,2)</b>	<b>23,4</b>	<b>2.290,5</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>17</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional reduziram R\$ 6,4 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a diminuição de R\$ 10,9 bilhões nas disponibilidades internas, parcialmente compensada pela elevação em R\$ 2,8 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, R\$ 1,1 bilhão nos haveres da administração indireta e R\$ 504,3 milhões nos haveres administrados pela STN.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 4,1 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de janeiro foi de 1,0%.

O aumento de R\$ 1,1 bilhão nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 1,0 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 806,3 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e redução de R\$ 663,5 milhões dos Fundos Diversos.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 454,6 milhões naqueles decorrentes de operações estruturadas, de R\$ 440,3 milhões no saldo dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 389,2 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

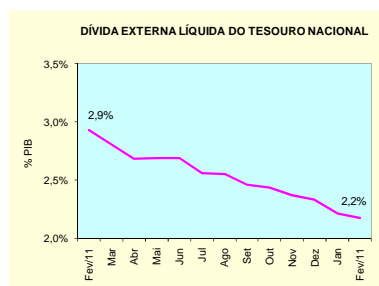
Discriminação	2011		
	2010		FEV
	FEV	JAN	
Lei 9.496/97	320,1	351,4	354,9
MP 2.185/01	51,2	56,0	56,7
Lei 8.727/93	37,0	33,5	33,0
Antecipação de Royalties	10,3	10,3	9,4
Bônus Renegociados	6,3	5,3	5,2
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	15,8	16,3	16,4
<b>Total</b>	<b>440,7</b>	<b>472,8</b>	<b>475,6</b>
% PIB	13,3%	12,1%	12,1%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Entidade	2011		
	2010		FEV
	FEV	JAN	
FAT	139,8	147,0	148,0
Fundos Regionais	52,4	58,9	59,7
Demais	28,7	33,4	32,7
<b>Total</b>	<b>220,9</b>	<b>239,2</b>	<b>240,3</b>

## Dívida Externa Líquida



Em fevereiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 85,5 bilhões, contra R\$ 86,2 bilhões em janeiro. Houve redução de R\$ 723,3 milhões em termos nominais e não houve variação em relação ao PIB. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 763,3 milhões, ocorrido no mês, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 542,3 milhões e a variação cambial no montante de R\$ 482,1 milhões.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 FEV	2011 JAN	2011 FEV
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.307</b>	<b>86.492</b>	<b>85.789</b>
I.1. Dívida Mobiliária	76.578	66.058	65.689
Euro	7.865	4.735	4.637
Global US\$	57.943	49.672	49.296
Global BRL	10.539	11.492	11.597
Demais	232	160	159
I.2. Dívida Contratual	20.729	20.433	20.100
Organismos Internacionais	17.278	16.849	16.545
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.450	3.585	3.555
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>278</b>	<b>278</b>	<b>298</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	278	278	298
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>97.029</b>	<b>86.214</b>	<b>85.491</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>2,9%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 11,5 bilhões, passando de R\$ 97,0 bilhões em fevereiro de 2010 para R\$ 85,5 bilhões em fevereiro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,7 p.p.

*Em fevereiro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 85,5 bilhões, equivalente a 2,2% do PIB, valor inferior, em 0,7 p.p. do PIB, ao registrado no ano anterior.*

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, FEV/2011**

Discriminação	Estoque Jan/11	Fatores de Variação				Estoque Fev/11
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>66.058</b>	<b>0</b>	<b>(512)</b>	<b>511</b>	<b>(368)</b>	<b>65.689</b>
Global US\$	49.672	0	(385)	371	(363)	49.296
Euro	4.735	0	(128)	34	(4)	4.637
Global BRL	11.492	0	0	105	0	11.597
Demais	160	0	0	1	(1)	159
<b>Dívida Contratual</b>	<b>20.433</b>	<b>13</b>	<b>(264)</b>	<b>31</b>	<b>(114)</b>	<b>20.100</b>
Org. Internacionais	16.849	13	(236)	16	(97)	16.545
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.585	0	(28)	15	(17)	3.555
<b>Total</b>	<b>86.492</b>	<b>13,1</b>	<b>(776,4)</b>	<b>542,3</b>	<b>(482,1)</b>	<b>85.789</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 76,6% (R\$ 65,7 bilhões); e a dívida contratual representa 23,4% (R\$ 20,1 bilhões).

# Anexos

## ***a) Lista de Abreviaturas***

### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

### ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Fevereiro 2011/2010

### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



**TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Fev/2010	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>57.112,3</b>	<b>62.552,4</b>	<b>78.572,7</b>	<b>65.500,6</b>	<b>61.465,1</b>	<b>68.564,1</b>	<b>69.816,5</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>71.091,4</b>	<b>97.919,3</b>	<b>90.874,1</b>	<b>66.980,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>41.706,2</b>	<b>46.494,7</b>	<b>62.057,1</b>	<b>48.731,4</b>	<b>44.695,1</b>	<b>51.526,6</b>	<b>52.288,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>53.040,9</b>	<b>66.913,3</b>	<b>73.648,7</b>	<b>48.985,0</b>
I.1.1. Receita Bruta	42.035,3	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5
I.1.1.1. Impostos	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7
IR	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6
IR - Pessoa Física	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0
IR - Pessoa Jurídica	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0
IR - Retido na Fonte	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2
IRRF - Rendimentos do Capital	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8
IRRF - Remessas ao Exterior	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9
IRRF - Outros Rendimentos	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1	74,6	548,6
IPI	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9
IPI - Fumo	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2
IPI - Bebidas	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5
IPI - Automóveis	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5
IPI - Vinculado a importação	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0
IPI - Outros	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6
IOF	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4
Imposto de Importação	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8
Outros	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0
I.1.1.2. Contribuições	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6
COFINS	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4
CPMF	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4
CSLL	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6
CIDE-Combustíveis	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2
Pis/Pasep	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5
Salário Educação	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9
Outras	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7
I.1.1.3. Demais	7.022,8	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1
CPSS <sup>1</sup>	762,4	761,2	773,1	790,4	766,5	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1
Cota parte de compensações financeiras	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	1.370,1	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8
Diretamente arrecadadas	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4
Concessões	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7
Dividendos	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0
I.1.2. (-) Restituições	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>17.920,1</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>	<b>17.777,6</b>
Urbana	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6
Rural	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>130,4</b>	<b>482,3</b>	<b>109,6</b>	<b>217,8</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>12.638,8</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2
II.2. Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0
II.4. Demais	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5
II.4.1. Salário Educação	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8
II.4.3. Fundef/Fundeb	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3
II.4.4. Outras	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

**TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Fev/2010	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2011
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.091,4</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.053,4</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.540,5</b>	<b>57.423,8</b>	<b>66.794,4</b>	<b>61.046,1</b>	<b>48.560,7</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>	<b>14.974,2</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>	<b>13.519,1</b>
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>22.344,6</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>	<b>21.093,2</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	14.852,3	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	4.136,1	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.935,4</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.147,0</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.473,0</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.552,4</b>	<b>24.866,5</b>	<b>13.487,0</b>
I.3.1. Despesa do FAT	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.621,6	-49,6
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-339,8
Equalização de custeio agropecuário	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0
Política de preços agrícolas	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0
Equalização Aquisições do Governo Federal	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6
Garantia à Sustentação de Preços	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0
Pronaf	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2
Proex	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	14,7
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2
Funcafé	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4
Capitalização à Emgea	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	279,0	290,2
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9
Legislativo	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5
Judiciário	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.215,6	1.750,2	1.392,4	1.755,2	1.828,1	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,4
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4
I.3.5.6. Discricionárias	7.535,3	11.916,8	9.648,2	11.080,7	10.204,1	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.446,9
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>	<b>105,8</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>	<b>196,1</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>282,1</b>	<b>329,6</b>	<b>234,3</b>	<b>265,3</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,2
RMV <sup>7</sup>	178,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3

<sup>1</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>2</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>3</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>4</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

<sup>6</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>7</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

<sup>8</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Fev/2010	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2011
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>68.644,6</b>	<b>62.503,3</b>	<b>67.956,8</b>	<b>73.282,3</b>	<b>62.798,6</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>	<b>73.289,8</b>	<b>67.718,2</b>	<b>80.502,3</b>	<b>108.491,5</b>	<b>60.893,2</b>	<b>85.357,3</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.054,8	64.944,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9
I.5 - Receita do Salário Educação	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>68.288,0</b>	<b>74.816,2</b>	<b>66.089,0</b>	<b>74.219,6</b>	<b>76.455,3</b>	<b>71.999,1</b>	<b>87.370,1</b>	<b>64.938,1</b>	<b>71.387,8</b>	<b>86.341,4</b>	<b>80.653,6</b>	<b>104.954,6</b>	<b>80.360,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>15.870,4</b>	<b>11.562,3</b>	<b>13.653,5</b>	<b>16.978,4</b>	<b>13.743,5</b>	<b>11.936,3</b>	<b>15.004,4</b>	<b>13.036,2</b>	<b>15.414,3</b>	<b>16.410,9</b>	<b>19.513,1</b>	<b>21.910,2</b>	<b>19.941,0</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	3.033,4	1.443,0	1.890,7	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>52.417,7</b>	<b>63.253,9</b>	<b>52.435,4</b>	<b>57.241,2</b>	<b>62.711,8</b>	<b>60.062,8</b>	<b>72.365,7</b>	<b>51.901,9</b>	<b>55.973,5</b>	<b>69.930,4</b>	<b>61.140,5</b>	<b>83.044,5</b>	<b>60.419,1</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.015,2	16.132,8	13.966,1	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.294,8	14.628,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,6
i) Dívida Contratual Interna	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0
ii) Dívida Contratual Externa	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	21.956,8	22.756,9	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.021,0	21.277,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	13.211,2	15.005,0	16.801,8	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.798,4	18.276,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.198,2	117,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>356,6</b>	<b>-12.312,8</b>	<b>1.867,8</b>	<b>-937,2</b>	<b>-13.656,6</b>	<b>-9.863,0</b>	<b>-14.106,3</b>	<b>8.351,7</b>	<b>-3.669,6</b>	<b>-5.839,1</b>	<b>27.837,9</b>	<b>-44.061,4</b>	<b>4.997,2</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>36.383,5</b>	<b>86.856,2</b>	<b>30.352,8</b>	<b>14.882,9</b>	<b>31.923,2</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>	<b>35.096,9</b>	<b>47.304,3</b>	<b>20.936,5</b>	<b>23.959,7</b>	<b>37.397,4</b>	<b>33.760,5</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8
<b>V. DESPESAS</b>	<b>1.777,3</b>	<b>35.107,0</b>	<b>19.237,8</b>	<b>2.437,0</b>	<b>46.678,8</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>	<b>36.140,3</b>	<b>42.237,3</b>	<b>5.699,1</b>	<b>14.036,8</b>	<b>96.816,6</b>	<b>1.091,9</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4
V.1.2 - Dívida Contratual	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,9	217,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)</b>	<b>34.032,5</b>	<b>51.352,0</b>	<b>11.269,8</b>	<b>13.120,3</b>	<b>-14.125,5</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>	<b>310,4</b>	<b>8.495,5</b>	<b>16.701,6</b>	<b>9.952,4</b>	<b>-57.636,3</b>	<b>31.054,2</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>35.986,3</b>	<b>42.794,2</b>	<b>5.512,8</b>	<b>20.946,7</b>	<b>-25.230,1</b>	<b>-20.462,7</b>	<b>-13.083,6</b>	<b>31.272,6</b>	<b>4.621,1</b>	<b>10.348,5</b>	<b>41.662,1</b>	<b>-115.428,5</b>	<b>40.060,4</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.



**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Fev/2010	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2011
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>3.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>8.230,0</b>	<b>12.433,2</b>	<b>3.182,1</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>3.680,0</b>	<b>3.901,2</b>	<b>36.052,1</b>	<b>5.394,7</b>
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>15.700,0</b>	<b>2.995,2</b>	<b>0,0</b>	<b>35.027,0</b>	<b>18.203,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.729,8</b>	<b>0,0</b>	<b>48.000,0</b>	<b>3.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	14.000,0	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	2.000,0	0,0	1.700,0	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/10	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>721.828,9</b>	<b>787.551,2</b>	<b>781.781,6</b>	<b>792.885,9</b>	<b>803.862,7</b>	<b>817.622,1</b>	<b>827.005,7</b>	<b>798.941,5</b>	<b>801.837,8</b>	<b>814.042,8</b>	<b>820.335,5</b>	<b>825.139,4</b>	<b>879.390,6</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0
DPMFi em Poder do Banco Central	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1
Demais Obrigações Internas	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.201,7</b>	<b>1.394.756,5</b>
Disponibilidades Internas	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	312.251,3
Haveres junto aos Governos Regionais	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8
Haveres da Administração Indireta	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.316,5
Haveres Administrados pela STN	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>97.028,6</b>	<b>94.479,0</b>	<b>91.901,3</b>	<b>94.475,2</b>	<b>95.542,7</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>	<b>91.501,1</b>	<b>91.954,7</b>	<b>91.184,1</b>	<b>89.790,1</b>	<b>86.213,9</b>	<b>85.490,6</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>
Dívida Mobiliária	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0
Dívida Contratual	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>818.857,5</b>	<b>882.030,2</b>	<b>873.682,9</b>	<b>887.361,1</b>	<b>899.405,4</b>	<b>909.537,2</b>	<b>920.174,6</b>	<b>890.442,7</b>	<b>893.792,5</b>	<b>905.226,9</b>	<b>910.125,6</b>	<b>911.353,4</b>	<b>964.881,1</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>24,7%</b>	<b>26,2%</b>	<b>25,5%</b>	<b>25,2%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,0%</b>	<b>23,7%</b>	<b>23,5%</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,4%</b>	<b>24,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/10	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>
<b>I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.397.662,8</b>	<b>1.400.381,9</b>	<b>1.492.913,0</b>	<b>1.519.562,6</b>	<b>1.516.501,2</b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>	<b>1.534.404,6</b>	<b>1.552.721,6</b>	<b>1.574.922,4</b>	<b>1.603.940,0</b>	<b>1.542.502,8</b>	<b>1.585.996,0</b>
LFT	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5
LTN	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4
NTN-B	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7
NTN-C	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9
NTN-F	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6
Dívida Securitizada	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1
<b>I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>603.739,1</b>	<b>665.276,3</b>	<b>661.210,1</b>	<b>673.434,7</b>	<b>679.634,6</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>	<b>684.898,5</b>	<b>691.074,0</b>	<b>694.817,2</b>	<b>703.203,0</b>	<b>698.962,5</b>	<b>704.500,4</b>
LFT	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6
LTN	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3
Demais Títulos na Carteira do BCB	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-23.752,1</b>	<b>-24.046,9</b>	<b>-24.257,8</b>	<b>-25.117,4</b>	<b>-25.359,5</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>	<b>-23.820,3</b>	<b>-24.136,5</b>	<b>-23.749,5</b>	<b>-23.266,3</b>	<b>-28.839,3</b>	<b>-29.660,1</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>16.515,0</b>	<b>16.282,0</b>	<b>16.045,2</b>	<b>15.822,3</b>	<b>15.546,0</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>	<b>14.837,2</b>	<b>14.598,4</b>	<b>14.361,2</b>	<b>14.049,7</b>	<b>13.715,1</b>	<b>13.310,7</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>76.578,4</b>	<b>74.635,5</b>	<b>72.913,1</b>	<b>75.010,9</b>	<b>74.827,5</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>	<b>72.090,9</b>	<b>72.609,5</b>	<b>72.023,8</b>	<b>69.393,7</b>	<b>66.058,5</b>	<b>65.689,0</b>
Euro	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8
Global US\$	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9
Global BRL	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2
Demais Títulos Externos	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>20.728,6</b>	<b>20.104,6</b>	<b>19.245,1</b>	<b>19.842,1</b>	<b>21.076,6</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>	<b>19.672,8</b>	<b>19.599,6</b>	<b>19.405,6</b>	<b>20.703,0</b>	<b>20.433,4</b>	<b>20.099,8</b>
Organismos Multilaterais	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.091.471,6</b>	<b>2.152.633,4</b>	<b>2.238.068,8</b>	<b>2.278.555,2</b>	<b>2.282.226,4</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>	<b>2.302.083,8</b>	<b>2.326.466,5</b>	<b>2.351.780,7</b>	<b>2.388.023,1</b>	<b>2.312.833,0</b>	<b>2.359.935,8</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>63,1%</b>	<b>63,9%</b>	<b>65,3%</b>	<b>64,8%</b>	<b>64,1%</b>	<b>63,1%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,0%</b>	<b>61,6%</b>	<b>61,1%</b>	<b>61,9%</b>	<b>59,4%</b>	<b>60,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/10	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/11
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.201,7</b>	<b>1.394.756,5</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>354.981,9</b>	<b>351.257,7</b>	<b>369.467,0</b>	<b>383.679,0</b>	<b>365.919,2</b>	<b>341.917,6</b>	<b>337.652,0</b>	<b>360.935,7</b>	<b>374.088,7</b>	<b>380.558,8</b>	<b>405.214,1</b>	<b>323.187,3</b>	<b>312.251,3</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>440.663,7</b>	<b>443.630,7</b>	<b>445.301,5</b>	<b>447.019,1</b>	<b>453.129,7</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>	<b>457.075,3</b>	<b>461.812,1</b>	<b>465.282,6</b>	<b>471.705,5</b>	<b>472.794,4</b>	<b>475.634,8</b>
Bônus Renegociados	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1
Antecipação de Royalties	10.282,3	10.162,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>220.930,6</b>	<b>221.178,7</b>	<b>221.766,6</b>	<b>223.810,4</b>	<b>225.674,4</b>	<b>225.710,9</b>	<b>228.566,1</b>	<b>231.334,5</b>	<b>233.609,3</b>	<b>237.126,3</b>	<b>235.226,7</b>	<b>239.170,5</b>	<b>240.316,5</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9
Fundos Constitucionais Regionais	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.137,1	58.856,3	59.662,6
Fundos Diversos	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>255.759,6</b>	<b>254.275,0</b>	<b>327.593,9</b>	<b>336.307,7</b>	<b>337.736,4</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>	<b>362.033,1</b>	<b>362.909,6</b>	<b>363.340,8</b>	<b>365.444,6</b>	<b>366.049,6</b>	<b>366.553,8</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6
Haveres de Operações Estruturadas	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9
Haveres Originários de Privatizações	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8
Haveres de Legislação Específica	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7
Demais Haveres Administrados pela STN	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.272.614,1</b>	<b>1.270.603,2</b>	<b>1.364.385,8</b>	<b>1.391.194,1</b>	<b>1.382.821,1</b>	<b>1.358.941,2</b>	<b>1.357.485,1</b>	<b>1.411.641,1</b>	<b>1.432.674,0</b>	<b>1.446.553,8</b>	<b>1.477.897,5</b>	<b>1.401.479,6</b>	<b>1.395.054,7</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>38,4%</b>	<b>37,7%</b>	<b>39,8%</b>	<b>39,6%</b>	<b>38,9%</b>	<b>37,8%</b>	<b>37,1%</b>	<b>38,0%</b>	<b>37,9%</b>	<b>37,6%</b>	<b>38,3%</b>	<b>36,0%</b>	<b>35,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO FEVEREIRO 2011/2010 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	21.720,7	24,1	24,1	1.599,8	1.623,9	198.227,6	2.649,7	0,9	0,8	11.446,1	11.446,9
Senado Federal	43.858,0	971,2	63,4	63,4	864,9	928,3	57.216,5	849,1	139,8	139,8	5.408,8	5.548,6
Tribunal de Contas da União	59.523,7	2.491,9	86,0	86,0	4.296,5	4.382,4	48.605,2	200,7	0,2	0,2	6.746,1	6.746,4
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	3.237,1	8,5	8,5	1.452,2	1.460,7	62.428,3	1.681,3	6,6	6,6	1.708,6	1.715,2
Superior Tribunal de Justiça	17.242,0	587,7	-	-	1.939,4	1.939,4	26.210,4	1.682,2	1,9	1,9	1.610,2	1.612,1
Justiça Federal	362.639,3	351.965,5	703,6	698,4	20.014,1	20.712,5	298.578,5	237.537,7	371,6	371,3	45.983,8	46.355,1
Justiça Militar	7.704,0	107,0	-	-	1.136,2	1.136,2	13.487,2	7,8	-	-	847,3	847,3
Justiça Eleitoral	450.415,4	18.033,4	245,1	237,2	35.129,7	35.366,9	231.436,4	5.485,8	87,5	82,9	37.846,0	37.928,9
Justiça do Trabalho	179.677,1	16.253,0	112,6	15,5	16.505,5	16.520,9	275.485,8	29.547,5	365,8	208,4	33.488,5	33.696,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.559,8	1.554,2	15,4	15,4	9.691,4	9.706,7	73.307,8	1.081,8	2,2	2,2	10.213,8	10.216,0
Conselho Nacional de Justiça	62.128,7	13,3	0,2	0,2	2.535,4	2.535,7	77.101,5	85,8	2,1	2,1	3.265,1	3.267,2
Presidência da República <sup>3</sup>	1.775.554,9	3.483,1	713,5	673,1	67.783,3	68.456,4	1.317.357,5	152,7	37,4	-	142.124,8	142.124,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	838.003,8	54.796,2	-	-	157.871,2	157.871,2	414.482,1	1,0	-	-	9.959,2	9.959,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.518.632,8	1.818,8	10,0	4,6	59.287,1	59.291,7	1.212.294,4	8,5	-	-	63.913,2	63.913,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.875.147,5	46.281,0	6.640,6	3.148,3	103.701,1	106.849,5	1.288.946,1	82.722,4	10.743,0	983,2	189.044,3	190.027,6
Ministério da Fazenda	945.015,3	9.955,6	1.586,6	1.446,9	83.618,9	85.065,8	1.547.399,2	23.454,3	573,4	573,4	212.649,4	213.222,7
Ministério da Educação	6.599.115,1	156.686,6	2.632,5	1.798,9	871.903,5	873.702,4	8.718.920,6	127.375,0	7.524,4	502,3	1.585.980,3	1.586.482,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	1.555,2	349,7	349,7	1.149,1	1.498,8	67.405,3	3,2	-	-	3.162,9	3.162,9
Ministério da Justiça	1.191.457,8	1.148,9	16,1	13,0	61.426,8	61.439,8	1.503.553,8	81,7	-	-	101.424,3	101.424,3
Ministério de Minas e Energia	197.208,3	469,6	0,1	0,1	7.660,0	7.660,0	207.136,1	5,2	-	-	12.691,9	12.691,9
Ministério da Previdência Social	165.808,7	10.996,9	135,5	43,7	43.272,3	43.315,9	173.501,0	-	-	-	22.520,7	22.520,7
Ministério Público da União	160.443,1	2.020,3	10,5	10,5	14.699,9	14.710,3	301.041,0	12.953,0	-	-	18.898,5	18.898,5
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	7.514,9	4.932,6	4.932,6	227,8	5.160,5	66.965,0	408,8	403,4	403,4	767,7	1.171,1
Ministério da Saúde	4.446.449,5	76.279,2	4.077,5	4.020,9	192.656,8	196.677,6	4.812.267,5	15.367,8	4.144,4	4.108,8	372.646,9	376.755,7
Ministério do Trabalho e Emprego	40.934,3	192,6	15,6	15,6	7.363,8	7.379,4	84.169,3	42,7	-	-	4.922,6	4.922,6
Ministério dos Transportes	13.858.928,0	1.165.977,0	251.533,6	251.533,6	1.030.829,1	1.282.362,7	17.445.510,5	22.676,0	-	-	1.672.178,7	1.672.178,7
Ministério das Comunicações	46.941,4	1.107,1	5,1	5,1	1.031,5	1.036,6	347.127,4	-	-	-	650,2	650,2
Ministério da Cultura	413.450,6	215,8	-	-	15.236,7	15.236,7	332.307,7	-	-	-	13.865,2	13.865,2
Ministério do Meio Ambiente	106.312,8	923,2	2,9	2,9	2.234,9	2.237,8	273.078,3	-	-	-	63.729,3	63.729,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.830.583,5	3.086,7	-	-	94.475,9	94.475,9	1.986.100,9	-	-	-	46.237,2	46.237,2
Ministério do Esporte	1.076.180,3	1.537,3	0,4	0,4	8.231,0	8.231,4	1.441.920,3	4,8	-	-	23.899,9	23.899,9
Ministério da Defesa	9.286.517,1	721.397,1	579.587,4	488.100,1	687.583,4	1.175.683,5	7.016.454,4	11.153,3	12,7	-	1.375.895,1	1.375.895,1
Ministério da Integração Nacional	5.394.525,6	189.345,6	115,5	110,5	365.878,8	365.989,3	4.616.395,0	118.277,5	19.078,1	19.078,1	150.103,2	169.181,3
Ministério do Turismo	2.732.313,4	112,2	-	-	34.777,4	34.777,4	2.644.014,8	-	-	-	58.897,2	58.897,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	347.847,1	38.438,7	-	-	19.712,0	19.712,0	237.824,0	12,4	-	-	56.917,8	56.917,8
Ministério das Cidades	7.478.512,8	610.488,6	104.199,5	104.199,5	547.278,4	651.478,0	7.617.076,0	4,4	4,4	4,4	404.170,0	404.174,5
Ministério da Pesca e Agricultura	457.901,0	3.835,8	-	-	4.883,0	4.883,0	286.369,5	-	-	-	22.029,0	22.029,0
Conselho Nacional do Ministério Público	457.901,0	-	-	-	-	-	62.986,3	-	-	-	171,6	171,6
<b>TOTAL</b>	<b>65.171.171,0</b>	<b>3.526.598,8</b>	<b>957.824,1</b>	<b>861.558,7</b>	<b>4.579.938,7</b>	<b>5.441.497,4</b>	<b>67.384.689,2</b>	<b>695.514,3</b>	<b>43.500,0</b>	<b>26.470,1</b>	<b>6.788.015,2</b>	<b>6.814.485,3</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

## Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 2 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**FEVEREIRO / 2011**

### Comentários

Em fevereiro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 7,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9.622.673,6 (mil), ante R\$ 8.931.770,7 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Fev/2011	Fev/2011	Jan a Feb/2011
							Jan/2011	Fev/2010	Jan a Feb/2010
FPM	3.029.193,1	3.698.426,4	6.727.619,5	4.567.382,8	4.920.685,4	9.488.068,2	7,7%	33,0%	41,0%
FPE	2.894.562,1	3.534.051,8	6.428.613,8	4.364.387,9	4.701.988,1	9.066.376,0	7,7%	33,0%	41,0%
IPI-Exp	226.763,5	220.605,6	447.369,1	317.943,3	299.090,5	617.033,8	-5,9%	35,6%	37,9%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
<b>FEVEREIRO</b>	+ 11 %	+ 7,7 %	+ 11 %	+ 7,7 %	- 2 %	- 5,9 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 37 %	+ 32 %	+ 17 %
IPI - EXP	- 28 %	+ 20 %	- 12 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2011 a 20/02/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JAN/3º DEC	2.751.510	17.784.761	20.536.271	FEV/1º DEC	3.532.239	3.696.529	220.121	<b>7.448.888</b>
FEV/1º DEC	773.951	1.253.574	2.027.525	FEV/2º DEC	348.734	364.954	61.916	<b>775.605</b>
FEV/2º DEC	213.170	4.560.174	4.773.344	FEV/3º DEC	821.015	859.202	17.054	<b>1.697.271</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.738.631</b>	<b>23.598.510</b>	<b>27.337.140</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.701.988</b>	<b>4.920.685</b>	<b>299.090</b>	<b>9.921.764</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	24.152,1	160.855,0	36,8
ALAGOAS	AL	116.630,4	195.607,4	468,0
AMAZONAS	AM	72.395,4	131.204,3	3.082,2
AMAPÁ	AP	17.267,4	160.431,8	336,8
BAHIA	BA	450.709,5	441.808,2	18.130,5
CEARÁ	CE	255.710,1	344.980,2	2.382,7
DISTRITO FEDERAL	DF	8.106,7	32.453,1	378,1
ESPÍRITO SANTO	ES	84.507,2	70.529,8	14.632,6
GOIÁS	GO	179.280,7	133.682,2	4.930,7
MARANHÃO	MA	204.234,3	339.398,9	3.046,9
MINAS GERAIS	MG	644.264,5	209.450,1	39.196,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	74.723,6	62.630,5	3.774,4
MATO GROSSO	MT	89.666,8	108.517,2	4.325,5
PARÁ	PA	178.504,6	287.385,5	13.360,0
PARAÍBA	PB	158.580,7	225.173,5	460,9
PERNAMBUCO	PE	246.315,1	324.446,6	1.865,8
PIAUI	PI	124.879,3	203.191,7	97,2
PARANÁ	PR	331.580,2	135.567,7	24.654,9
RIO DE JANEIRO	RJ	144.135,0	71.832,3	53.072,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	123.647,7	196.444,4	393,1
RONDÔNIA	RO	43.082,4	132.389,2	515,1
RORAIMA	RR	14.967,4	116.642,2	25,9
RIO GRANDE DO SUL	RS	333.125,4	110.722,4	32.728,5
SANTA CATARINA	SC	191.468,8	60.176,0	17.110,3
SERGIPE	SE	71.302,5	195.381,7	100,8
SÃO PAULO	SP	656.247,2	47.019,9	59.818,1
TOCANTINS	TO	81.200,5	204.066,3	166,4
<b>TOTAL</b>		<b>4.920.685,4</b>	<b>4.701.988,1</b>	<b>299.090,5</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)